

ANGELA DAVIS

O SENTIDO DA LIBERDADE
e outros diálogos difíceis

tradução: Heli Regina Candiani



© desta edição, Boitempo, 2022

© Angela Davis, 2012

© apresentação, Robin D. G. Kelly, 2012

Traduzido do original em inglês *The Meaning of Freedom: And Other Difficult Dialogues*

(São Francisco, City Lights, 2012)

Direção-geral Ivana Jinkings

Tradução Heci Regina Candiani

Edição Thais Rimkus

Preparação Denise Pessoa Ribas

Revisão Carolina Hidalgo Castelani

Coordenação de produção Livia Campos

Assistência editorial João Cândido Maia

Capa, aberturas e imagens internas Ronaldo Alves

Diagramação Antonio Kehl

Equipe de apoio Elaine Ramos, Erica Imolene, Frank de Oliveira,

Frederico Indiani, Higor Alves, Isabella Meucci, Ivam Oliveira, Kim Doria, Lígia Colares, Luciana Capelli, Marcos Duarte, Marina Valeriano, Marissol Robles, Maurício Barbosa, Pedro Davoglio, Raí Alves, Túlio Candiotti, Uva Costruiba

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

D292s

Davis, Angela, 1944-

O sentido da liberdade : e outros diálogos difíceis / Angela Davis ; tradução Heci Regina Candiani ; [apresentação: Robin D. G. Kelley]. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo, 2022.

Tradução de: *The meaning of freedom*

ISBN 978-65-5717-182-0

1. Liberdade. 2. Racismo. 3. Política e governo - Estados Unidos.

4. Estados Unidos - Condições sociais. I. Candiani, Heci Regina.

II. Kelley, Robin D. G. III. Título.

22-79929

CDD: 305.80973

CDU: 316.347(73)



Gabriela Faray Ferreira Lopes - Bibliotecária - CRB-7/6643

É vedada a reprodução de qualquer parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1^a edição: outubro de 2022

BOITEMPO

Jinkings Editores Associados Ltda.

Rua Pereira Leite, 373

05442-000 São Paulo SP

Tel./fax: (11) 3875-7250 | 3875-7285

editor@boitempoeditorial.com.br

boitempoeditorial.com.br | blogdaboitempo.com.br

facebook.com/boitempo | twitter.com/editoraboardboitempo

youtube.com/tvboitempo | instagram.com/boitempo

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO, por Robin D. G. Kelley	7
1. RELATO DO HARLEM	15
2. O COMPLEXO INDUSTRIAL-PRISIONAL	29
3. RACA, CRIME E PUNIÇÃO.....	45
4. RACA, PODER E PRISÓES DESDE O 11 DE SETEMBRO	59
5. MULTICULTURALISMO RADICAL.....	71
6. A DEMOCRACIA DA ABOLIÇÃO	85
7. RACISMO: PASSADO E PRESENTE	97
8. O SENTIDO DA LIBERDADE	107
9. JUSTIÇA PARA AS COMUNIDADES LÉSBICA, GAY, BISSEXUAL E TRANSGÊNERO	121
10. RECONHECER O RACISMO NA ERA DO NEOLIBERALISMO	131
11. DEMOCRACIA, MUDANÇA SOCIAL E ENGAJAMENTO CIVIL.....	141
12. DIÁLOGOS DIFÍCEIS	149
SOBRE OS AUTORES.....	157



RELATO DO HARLEM

*Universidade Columbia, Nova York
9 de setembro de 1994*

Gostaria de agradecer ao Instituto de Pesquisa em Estudos Afro-Estadunidenses por ter reunido um grupo surpreendente de ativistas e intelectuais, pessoas negras não apenas de todo o país, mas de todo o mundo: África, Europa, Caribe. Temos como encargo a tarefa de refletir coletivamente sobre as implicações teóricas e práticas das agendas políticas abraçadas pelas comunidades negras ao longo dessa última década do século XX.

A NEGOCIAÇÃO DAS TRANSFORMAÇÕES DA HISTÓRIA

É bom estar no Harlem no trigésimo aniversário do Freedom Summer*, um dos momentos mais extraordinários da história da luta pela liberdade negra. Muitos de nós (ao menos de minha geração e das mais velhas) tendem a olhar para trás com nostalgia. Às vezes, nós, ativistas veteranos, simplesmente ansiamos pelos bons velhos tempos, em vez de nos preparamos para confrontar, com coragem, um mundo drasticamente transformado que apresenta desafios novos e mais complicados. Evocamos uma época em que massas de pessoas negras, latinas, indígenas e asiático-estadunidenses, juntamente com nossas aliadas brancas, estavam mobilizadas, determinadas a mudar o curso da história. Mas, em vez de enxergarmos as lutas do passado como fontes de inspiração

* Freedom Summer, em português Verão da Liberdade, nome pelo qual ficou conhecida uma campanha voluntária voltada para a população afro-estadunidense do Mississippi realizada em junho de 1964. O objetivo da campanha era aumentar o eleitorado negro na região, oferecendo ajuda de estudantes e profissionais para garantir o preenchimento correto da documentação de registro para votação. O preenchimento incorreto dos formulários levava muitas pessoas negras a terem seus registros eleitorais negados. Organizações supremacistas como a Ku Klux Klan reagiram com ataques a bomba e espancamentos, causando quatro mortes e centenas de prisões. (N. T.)

que nos impelem a conceber abordagens inovadoras aos problemas contemporâneos, muitas vezes substituímos a consciência histórica por uma nostalgia desesperada, permitindo que o passado se torne um repositório dos desejos políticos do presente. Permitimos que o presente seja capturado pelo passado.

Mais de uma vez ouvi pessoas dizerem: “Se ao menos um novo Partido dos Panteras Negras pudesse ser organizado, então conseguíramos lidar seriamente com o Homem, sabe?”. Mas imaginem que dissésemos: “Não há mais o Homem”. Há sofrimento. Há opressão. Há um racismo apavorante. Mas esse racismo não vem do mítico “Homem”. Mais que isso, ele está entrelaçado ao sexismo, à homofobia e a uma exploração de classe sem precedentes, ligada a um capitalismo ameaçadoramente globalizado. Precisamos de novas ideias e novas estratégias que nos levem ao século XXI.

O que estou sugerindo é que nós, que somos pessoas mais velhas, temos de parar de agir como mediadoras. Não podemos definir idade, direitos civis ou experiência no movimento *black power* como os principais critérios de liderança política negra radical hoje. Quantos anos tinha dr. Martin Luther King quando se tornou o porta-voz do boicote aos ônibus de Montgomery? Ele tinha 26 anos. Quantos anos tinha Diane Nash? Quantos anos tinha Huey Newton? Fidel Castro? Nelson Mandela? Amílcar Cabral? Jacqueline Creet? Maurice Bishop? No que me diz respeito, eu tinha apenas 25 anos quando tive de enfrentar Ronald Reagan por meu direito de, como comunista, lecionar na UCLA. Não podemos negar às pessoas jovens seu lugar de direito neste movimento hoje, ou isso nos levará à ruína. Em muitos casos, a juventude é capaz de enxergar com muito mais clareza que nós que nossa vida é moldada pelas interseções de raça, classe, gênero e sexualidade. Nós, que somos de gerações mais velhas, temos de aprender com nossos irmãos e nossas irmãs mais jovens, que estão em melhor posição que nós para desenvolver o vocabulário político, a teoria e as estratégias que podem nos levar adiante.

Estas últimas três décadas, das quais muitos anos foram dedicados a intensas lutas e sacrifícios, certamente produziram vitórias. Quem poderia imaginar em 1964, quando Fannie Lou Hamer tentou fazer com que o Partido Democrata da Liberdade do Mississippi tivesse acesso à convenção do Partido Democrata, que poderíamos eleger quarenta pessoas negras para o Congresso, incluindo uma mulher negra no Senado? E, mais importante ainda, quem imaginaria que essa mulher negra no Senado, herdeira de Fannie Lou Hamer, promoveria uma das cláusulas mais repressivas da recente lei criminal? Vejam, não é mais

uma questão de simplesmente resistir ao Homem. As circunstâncias são muito mais complexas do que eram ou do que eram nossas percepções a respeito delas.

Hoje falamos em crise nos movimentos sociais contemporâneos. Essa crise foi produzida, em parte, porque falhamos em desenvolver uma consciência histórica expressiva e coletiva. Uma tal consciência acarretaria o reconhecimento de que nossas vitórias, alcançadas por meio dos movimentos libertários, nunca estão inscritas em pedra. Aquilo que muitas vezes, em determinadas condições históricas, percebemos como gloriosos triunfos da luta das massas mais tarde pode ricochetear contra nós se não reajustarmos continuamente os termos de nossa luta e transformarmos o terreno. A luta deve continuar. Circunstâncias novas exigem novas teorias e práticas.

A Revolução Cubana ocorreu há três décadas e meia. Conservar uma visão forte do socialismo depois do colapso da comunidade de nações socialistas exige estratégias muito diferentes das adotadas pelas lutas revolucionárias anteriores – do ataque ao quartel Moncada e do desembarque do *Granma* até o triunfo da revolução. Mas a luta continua. Nós, que tivemos nossa consciência radical e nossas trajetórias políticas essencialmente moldadas por Che, Fidel, Camilo Cienfuegos e Juan Almeida, temos a grande responsabilidade de apoiar nossos irmãos e nossas irmãs de Cuba em seu período mais difícil. O embargo tem de acabar – e tem de acabar agora!

A luta sul-africana entrou em uma nova fase. Muitos de nós lutamos pela liberdade de Nelson Mandela durante parte substancial de nossa vida política. Enquanto Mandela sobrevivia às condições brutais da prisão, nós protestávamos contra a repressão imposta pelo governo do *apartheid* às pessoas que combatiam pela liberdade. Hoje Nelson Mandela está livre e é presidente de uma nova África do Sul. Essa nova África do Sul se esforça para ser livre, democrática, não racista, não sexista e não homofóbica. A luta pela liberdade continua. Essa vitória não está garantida para sempre. Se nos associamos ao desmantelamento do *apartheid*, precisamos encontrar maneiras de ajudar a reforçar essa vitória hoje, amanhã e depois de amanhã. Muitas vezes, o glamour da revolução nos encanta de tal forma que, quando surgem momentos cruciais, mas menos glamorosos, quando nossas solidariedades são mais necessárias que nunca, deixamos de reagir de maneira apropriada. Não nos esqueçamos da rapidez com que a revolução em Granada foi derrubada pelos assassinatos de Maurice Bishop e Jacqueline Creft e pela invasão militar dos Estados Unidos.

Isso me traz de volta à questão que levantei antes sobre nossos fracassos coletivos na negociação de transformações históricas. Alguns de nós permanecemos tão firmemente ancorados nos discursos e nas estratégias de épocas anteriores que não conseguimos compreender bem os desafios contemporâneos. Não conseguimos apreender até que ponto teorias e práticas que no passado eram indubitavelmente progressistas se tornam, em circunstâncias políticas alteradas, retrógradas e flagrantemente reacionárias. Precisamos manter uma preocupação autêntica com o crescimento e a visibilidade do conservadorismo negro (de Clarence Thomas na Suprema Corte a Phyllis Berry Meyers, que ao lado de outras pessoas negras conservadoras teve papel fundamental no processo de reverter a nomeação de Lani Guinier como procuradora-geral adjunta para os direitos civis do Departamento de Justiça). Ao mesmo tempo, precisamos ter cuidado com a infiltração sutil de ideologias conservadoras no que é publicamente reconhecido como estratégia progressista para a libertação negra. Cuidado com lideranças e teoristas que eloquentemente se enfurecem contra a supremacia branca, mas identificam gays e lésbicas da comunidade negra como encarnações do mal. Cuidado com líderes que nos convocam a proteger nossa juventude negra, mas batem na esposa, maltratam suas crianças e não apoiam o direito de uma mulher à autonomia reprodutiva. Cuidado com esses líderes!

E cuidado com quem clama pela salvação dos homens negros, mas não apoia os direitos dos imigrantes do Caribe, da América Central e da Ásia ou pensa que as lutas em Chiapas e na Irlanda do Norte não têm relação com a liberdade das pessoas negras. Cuidado com esses líderes! Por maior que seja a eficácia (ou a ineeficácia) com que ativistas experientes possam se envolver nas questões de nossos tempos, há claramente uma escassez de vozes jovens associadas à liderança política negra. A relativa invisibilidade da liderança jovem é um exemplo crucial da crise dos movimentos sociais negros contemporâneos.

No entanto, seja como for, na cultura popular negra a juventude está ajudando a moldar a visão política de seus contemporâneos. Há na juventude negra artistas absolutamente brilhantes. Eles não são só musicalmente fascinantes, também tentam produzir críticas antirracistas e anticapitalistas. Penso, por exemplo, em Nefertiti, Arrested Development, Fugees e Michael Franti (a quem acompanho desde The Disposable Heroes of Hiphoprisy). Uma imaginação cultural e política como a dessas pessoas pode ajudar a elucidar nosso dilema atual e talvez guiar-nos para fora da pior situação já enfrentada pela população negra neste século.

Não preciso mencionar os temas cujas misoginia e homofobia profundas enfraquecem seriamente a postura oposicionista do *hip-hop*. Porém, antes de identificarmos no *hip-hop* nosso principal adversário nesse sentido, lembremos que nosso universo ideológico está saturado de pressupostos patriarcais e heteronormativos.

CLINTON, LEI CRIMINAL* E RACÃA

Ainda não completamos dois anos da presidência de Clinton, e as possibilidades de políticas de oposição *vis-à-vis* o Estado têm diminuído constantemente. As pessoas negras desempenham um papel importante tornando a presidência de Clinton imune à crítica popular. É como se elas se sentissem obrigadas a ficar do lado de Clinton nos bons e nos maus momentos. Aparentemente, esquecemos como assumir uma postura de oposição e resistência, identificar códigos e marcadores raciais latentes e reconhecer o racismo mesmo quando os marcadores convencionais não estão presentes. Em termos históricos, essa habilidade rendeu a ativistas afro-estadunidenses um lugar especial entre as pessoas de minorias étnicas e raciais de todo o mundo e entre pessoas de todas as nacionalidades e origens raciais. O que costumava ser uma avaliação sofisticada do racismo parece estar se desintegrando. Após a crise do socialismo e em um contexto de muitos regimes problemáticos em toda a África, como podemos exaltar Bill Clinton como símbolo de mudança radical? Isso é extremamente problemático.

Na edição de 29 de agosto da revista *Jet* há um artigo revelador sobre uma festa de aniversário para Clinton, organizada por uma coalizão de pessoas negras, asiáticas e latinas do Partido Democrata. Aproximadamente 1.500 pessoas de minorias étnicas e raciais compareceram a essa festa, e um valor sem precedentes de 1,2 milhão de dólares foi arrecadado. De acordo com o artigo, “para a maioria das minorias, o presidente Clinton ainda era ‘o cara’, mantendo seu compromisso quando as questões de direitos humanos pareciam ter perdido o brilho”. O fato de que pessoas negras, asiáticos-estadunidenses e latinas possam arrecadar mais de 1 milhão de dólares em uma noite deveria indicar que o cenário político mudou fundamentalmente. Deveria indicar que

* Lei de Controle de Crimes Violentos e Aplicação da Lei (*Violent Crime Control and Law Enforcement Act*). (N. T.)

as configurações de classe dentro da comunidade negra passaram por uma importante metamorfose nas últimas duas décadas.

Comparem essa festa de 1 milhão de dólares com a situação que prevalece aqui no Harlem. Parte de nós é muito mais rica do que jamais sonhamos que seríamos. Mas um número muito maior de nós está estabelecido em uma pobreza que é bem mais terrível do que poderíamos imaginar três décadas atrás. O filme *Blade Runner* evoca o futuro distópico dos bairros negros pobres – não apenas em Los Angeles, mas em East Oakland, Harlem e South Bronx –, zonas descartáveis.

O artigo da *Jet* elogia Clinton por nomear muitas pessoas negras: Mike Espy, Ron Brown e mais três integrantes de seu gabinete, além de mais de quinhentas pessoas negras para outros cargos em sua administração. O artigo também elogia Clinton por “corajosamente fazer pressão pelo primeiro sistema de saúde pública e pelo primeiro projeto de lei anticrime do país”. Na verdade, Clinton estabeleceu o projeto de lei criminal como sua prioridade política número um, acima do sistema de saúde. Por que ele era tão resistente à iniciativa do sistema centralizado de saúde? Por que esse projeto de lei criminal era mais importante que um projeto de lei de empregos? A última discussão ampla sobre pleno emprego foi a Lei Humphrey-Hawkins de Pleno Emprego, de 1978. Considerem também que a legislação de reforma do sistema de bem-estar social proposta por Clinton forçará as mulheres inseridas no sistema de assistência social a trabalhar depois de dois anos recebendo os pagamentos. Mas onde elas vão encontrar emprego?

Após a Guerra Fria, a prioridade deveria ter sido converter a economia de guerra – que sistematicamente drenou os empregos do país, criou desemprego estrutural e levou ao desenvolvimento de um grupo de pessoas estruturalmente desempregadas na comunidade negra e em outras comunidades de minorias étnicas e raciais – em uma economia de pleno emprego em tempo de paz. Em 1994, por que é tão fácil nos esquecermos de pleno emprego, saúde, educação, lazer? Por que é tão ampla a aceitação da postura favorável de Clinton a medidas duras em nome da lei e da ordem? Quando o republicano Nixon clamou, pela primeira vez, por lei e ordem, a população negra não teve dificuldade de compreender os códigos raciais desse lema. Quando o republicano Bush e sua campanha anticrime apresentaram Willie Horton como o arquétipo do criminoso – um homem negro, estuprador e assassino de uma mulher branca –, não era preciso ter uma inteligência extraordinária para compreender a associação discursiva entre crime e negritude.

Hoje, no entanto, Clinton, um democrata que recebeu mais votos da comunidade negra que de qualquer outro grupo de pessoas neste país, em termos proporcionais, é elogiado como o combatente anticrime por excelência, devido a suas políticas de um racismo arguto, que as despoja de qualquer conteúdo racial explícito. Ao deixar, intencionalmente, de fazer alusões diretas à raça, Clinton emprega uma retórica que se concentra nas vítimas do crime. E a vítima contemporânea por excelência é a menina branca Polly Klaas. Por favor, não me entendam mal. O assassinato dela foi horrível e transmitiu minha solidariedade à família. Minha crítica é à manipulação retórica da imagem dela na condição de vítima de um crime. Clinton evocou Polly Klaas repetidamente – e fez isso logo após a protelação inicial da lei anticrime. Embora o suspeito no caso de Polly Klaas seja um homem branco, o medo socialmente construído da criminalidade está bastante entrelaçado ao medo dos homens negros, de modo que Richard Allen Davis, o suspeito branco, torna-se uma anomalia percebida como um rosto branco representando um mar de homens negros que, no imaginário coletivo, compõem o elemento criminoso.

Essa lei criminal recentemente aprovada destina mais de 30 bilhões de dólares, pelos próximos seis anos, para “nos” proteger dos criminosos. Leiam os códigos raciais incorporados ao discurso em torno da lei criminal. Eles se tornaram infinitamente mais complexos, e um bom número de pessoas negras têm sido levadas a acreditar que a criminalidade é inerente a certos grupos de afro-estadunidenses. Essas pessoas, assim como pessoas de outras ascendências raciais, precisam de proteção contra esses grupos criminosos. A lei criminal autoriza que 8,8 bilhões de dólares sejam usados nos próximos seis anos para colocar mais 100 mil homens e mulheres da polícia nas ruas de cidades de todo o país; 7,9 bilhões de dólares em subvenções estatais para a construção de prisões e campos de treinamento; 1,8 bilhão de dólares para indenizar estados, que são encorajados a encarcerar um número maior de imigrantes da América Central, do Caribe e da Ásia que não tenham documentação.

Um número cada vez maior de pessoas será arrebanhado para dentro de prisões e submetido à lei da prisão perpétua após três infrações; essas pessoas receberão sentenças cada vez mais longas, tanto no sistema estadual quanto no federal. Contrariando as expectativas, devido à cláusula proposta ao Senado por sua primeira integrante negra, Carol Moseley Braun, será mais fácil julgar adolescentes mais jovens como pessoas adultas. Em consequência, logo também teremos crianças em prisões estaduais e federais. Já existe uma população

prisional de 1 milhão de pessoas nos Estados Unidos. Isso não inclui as 500 mil pessoas em prisões de municípios e condados nem as 600 mil em liberdade provisória e os 3 milhões de pessoas em liberdade condicional. Também não inclui os 60 mil jovens em unidades correcionais juvenis, ou seja, hoje há mais de 5 milhões de pessoas encarceradas, em liberdade condicional ou em liberdade provisória. Muitas das que se enquadram atualmente nesses dois últimos casos estariam atrás das grades de acordo com a lei criminal recentemente aprovada.

Assim, vocês sabem, mesmo sem as medidas draconianas da lei criminal, as pessoas negras já têm uma probabilidade 7,8 vezes maior de ir para a prisão que as brancas. Se tivermos qualquer dúvida sobre o abandono de concepções que priorizam a reabilitação como objetivo do encarceramento, consideremos o fato de que pessoas detidas não serão mais elegíveis para o fundo Pell de financiamento para o ensino superior. A prisão não tem apenas sua duração drasticamente estendida, mas se torna mais repressiva que nunca. Nos sistemas penitenciários de alguns estados, até o exercício físico de levantamento de peso foi proibido.

Como passei algum tempo em várias prisões, sei o quanto é importante exercitar o corpo e a mente. A proibição do ensino superior e do exercício físico de levantamento de peso implica a criação de uma sociedade encarcerada composta de pessoas que valem pouco mais que lixo para a cultura dominante. A lei criminal não afeta apenas a comunidade negra, ela tem consequências para as comunidades latina, indígena, asiática, árabe, branca empobrecida e imigrante.

Como intelectuais e ativistas da comunidade negra, nossas análises e nossas preocupações devem estender-se além do que reconhecemos como comunidade negra. Nossas comunidades de luta política abrangem todas as pessoas de minorias étnicas e raciais – negras, latinas, asiáticas, indígenas –, assim como a população empobrecida deste país. As mesmas condições de globalização que roubaram tantos empregos da comunidade negra provocaram o aumento da migração para os Estados Unidos. O capital migra de país em país em busca de mão de obra barata e, nesse processo, abre rotas de migração humana para os Estados Unidos. Mas agora, de acordo com a lei criminal, o governo federal financiará os custos de encarceramento de imigrantes sem documentação. Pessoas afro-estadunidenses, haitianas, cubanas, latino-americanas, salvadorenhas, mexicanas, chinesas, laosianas, árabes, acabaremos todas no mesmo lugar. Por isso, é melhor descobrirmos como nos unir para construir um movimento de resistência.

Quem está se beneficiando desses novos desdobramentos deploráveis? Já existe uma espécie de alta na indústria de construção de prisões. Novas

tendências arquitetônicas que recapitulam velhas ideias sobre o encarceramento, como o panóptico de Jeremy Bentham, criaram a necessidade de construir novos presídios e prisões – tanto públicos quanto privados. E existe uma dimensão de busca pelo lucro, composto, em si, de exploração e racismo. Também é importante reconhecer que a tendência cada vez maior de privatização de presídios e prisões dos Estados Unidos é igualmente ameaçadora. Com essa nova lei criminal, a Corrections Corporation of America, hoje a maior empresa no setor de prisões com fins lucrativos, provavelmente crescerá. A tendência de enfraquecimento dos sindicatos, característica do capital transnacional, é usada pelas prisões privadas para reduzir seus custos. Assim, a Corrections Corporation of America proíbe a participação sindical em suas prisões. Além disso, seu quadro funcional não possui plano de previdência.

O que houve de mais importante no debate sobre a lei criminal foi que a bancada negra insistiu o tempo todo na inclusão de um ato de justiça racial que permitiria que pessoas acusadas que estavam no corredor da morte usassem a raça como fator atenuante. Infelizmente, essa cláusula não foi incluída. Portanto, perguntamos: quantos corpos negros ainda serão sacrificados no altar da lei e da ordem? Por que tem sido tão difícil abordar abertamente o tema da construção social da raça? Por que não contestamos mais efetivamente o apagamento de raça na retórica de lei e ordem de Clinton, uma herança que ele abraçou de forma acrítica? Talvez porque durante a era Reagan-Bush o discurso sobre o crime já tenha se tornado tão implicitamente racializado que não é mais necessário usar marcadores raciais. O preocupante na retórica de Clinton é que os racismos, que eram tão óbvios no discurso de lei e ordem de eras anteriores, estão se tornando cada vez mais irreconhecíveis.

UM NOVO MÓVIMENTO ABOLICIONISTA

Os dilemas da política de lei e ordem escondem-se no segundo plano das discussões sobre o ativismo antiviolência das comunidades negra e latina. Quando a vida de uma criança é interrompida para sempre por um dos tiros tão frequentemente ouvidos nas comunidades negra e latina empobrecidas, pais, mães, professores, colegas protestam exibindo cartazes com os dizeres “CHEGA DE VIOLÊNCIA”. Quem convive com a violência cotidiana associada ao narcotráfico e ao crescente uso de armas perigosas pela juventude com certeza precisa de soluções imediatas para esses problemas. Mas as décadas de

soluções baseadas na lei e na ordem dificilmente trarão paz às comunidades negra e latina empobrecidas. Por que tamanha escassez de alternativas? Por que a agilidade em adotar um discurso e considerar políticas e estratégias ideológicas tão carregadas de racismo? O racismo ideológico começou a guiar uma existência isolada. Ela se resguarda, por exemplo, no conceito de crime. As pessoas mais afetadas pela epidemia de violência querem, comprehensivelmente, ver o fim da criminalidade. Mas é raro que elas tenham acesso a outras ideias que não as que fundamentam a retaliação como forma de justiça. Por isso é tão difícil discutir as possibilidades de abolição de presídios e prisões. Eu, por exemplo, acredito que teremos que renunciar a presídios e prisões como formas normalizadas e inquestionáveis de abordar problemas sociais como abuso de drogas, desemprego, falta de moradia e analfabetismo.

No século XIX, Thomas Malthus fez afirmações sobre a inevitabilidade da pobreza. Ele argumentou que guerras, desastres naturais e doenças eram formas naturais de reduzir a pobreza. Pobreza que ele presumia ser tão inevitável quanto essas mesmas doenças, desastres e guerras que resultavam na morte de tantos seres humanos. Do mesmo modo que o capitalismo naturalizou a pobreza, o crime também foi naturalizado. Se o crime é inevitável, então precisa haver mais policiamento e mais prisões. Intelectuais da comunidade negra podem apoiar estratégias abolicionistas de formas que levem a uma aproximação construtiva com outros movimentos sociais. Nesse sentido, é hora de explorar abordagens de descriminalização, em especial a descriminalização do uso de drogas e da prostituição.

Quando os abolicionistas expõem a possibilidade de uma vida sem prisões, uma reação comum é o medo – provocado pela perspectiva de criminosos saindo das prisões e retornando às comunidades onde podem agredir violentamente as pessoas e suas propriedades. É verdade que abolicionistas querem desmantelar as estruturas de encarceramento, mas não sem um processo que exija a construção de instituições alternativas. Não é necessário abordar o problema das drogas, por exemplo, dentro do sistema de justiça criminal. É preciso separá-lo do sistema de justiça criminal. A reabilitação não é possível dentro do sistema penitenciário e prisional.

Uma estratégia possível, apoiada pela criminologista radical Pat Carlen, é começar com as mulheres, que constituem porcentagem relativamente pequena da população carcerária dos Estados Unidos e do mundo, mas que são com mais frequência condenadas por acusações ligadas a drogas, prostituição e

fraude no sistema de bem-estar social. Uma política de desencarceramento, especialmente para mulheres condenadas pelos chamados “delitos não violentos”, poderia resultar no fechamento de muitos presídios e prisões para mulheres. Assim, os recursos liberados poderiam ser usados de forma mais produtiva para desenvolver instituições educativas e reabilitadoras. A eliminação bem-sucedida das prisões femininas tornaria possível, então, estabelecer um precedente que poderia ser aplicado também às instituições masculinas.

Se o desencarceramento e a abolição forem descartados como muito radicais, a única alternativa será continuar encarcerando a população negra em números cada vez maiores. Se essa tendência se mantiver, como consequência da lei criminal, 50% dos homens negros jovens poderão estar atrás das grades em um período de dez anos. E em mais 25 anos esse número pode chegar a 75%.

O que estou sugerindo é que foram estabelecidos limites perigosos à própria possibilidade de imaginar alternativas. Esses limites ideológicos precisam ser contestados. Temos de começar a pensar de forma diferente. Nossa futuro está em jogo.

Intelectuais e ativistas da população negra precisam, por exemplo, descobrir como se engajar em debates que ressaltem, sem temor, a virulência do racismo. Temos de aprender a analisar o racismo e a resistir a ele mesmo em contextos nos quais as pessoas que são alvos e vítimas do racismo cometem atos prejudiciais a outras. O discurso da lei e da ordem é racista, o sistema penal existente foi profundamente definido pelo racismo histórico. Polícia, tribunais e prisões são exemplos dramáticos de racismo institucional. Contudo, não se trata de sugerir aqui que pessoas de minorias étnicas e raciais que cometem atos de violência contra outros seres humanos sejam, portanto, inocentes. Isso é válido para os irmãos e as irmãs que estão nas ruas e igualmente para aqueles que vivem em residências de alto padrão.

A dificuldade de admitir que um indivíduo possa ser simultaneamente reconhecido como alvo de racismo e como autor de injúrias ficou evidente na história de Clarence Thomas e Anita Hill. Muita gente que denunciou o racismo sentiu-se compelida a defender a pessoa percebida como alvo do racismo. Houve certamente racismo no modo como os membros do Partido Democrata no Senado organizaram as audiências. Afinal, foi Clarence Thomas, não Ted Kennedy, quem recebeu críticas por seu comportamento misógino. O congressista negro Mel Reynolds, recentemente indiciado por agressão sexual a uma jovem de dezenas de anos, voluntária de sua campanha, tentou

escapar da discussão sobre abuso sexual alegando que foi alvo de racismo. É claro que o racismo possibilita esse tipo de denúncia. Mas isso não é e não pode ser justificativa para agressões contra mulheres – ainda mais por homens negros que ocupam cargos de poder. Não podemos permitir que a identificação do racismo que permeia as instituições econômicas e políticas obscureça a expansão do assédio e do abuso sexual nas comunidades negras – tanto a empobrecidas como a abastada.

O processo de identificação do racismo nem sempre exonera a vítima.

A responsabilidade permanece. O irmão Ben Chavis, por cuja liberdade lutei fervorosamente em vários continentes, ainda deve ser responsabilizado por seu comportamento explorador em relação às mulheres. Amo o irmão e certamente valorizo a liderança dele na Associação Nacional para o Progresso de Pessoas de Cor (NAACP na sigla original) – juntei-me à NAACP quando ele se tornou seu diretor-executivo. Mas quero saber, por exemplo, por que não havia mais mulheres na direção? Uma vítima de racismo pode também ser um perpetrador do sexism. E, aliás, uma vítima de racismo pode igualmente ser um perpetrador do racismo. A vitimização não pode mais funcionar como uma auréola de inocência.

CONSCIÊNCIA DE RAÇA, CLASSE, GÊNERO E SEXUALIDADE

Um dos maiores desafios das comunidades negra, latina, asiática e indígena é desenvolver uma consciência popular das complexas relações de raça, classe, gênero e sexualidade. Nos círculos acadêmicos e ativistas, discutimos há mais de uma década a inter-relação dos modos de opressão que se baseiam nesses marcadores sociais, mas nossa política continua a ser orientada por discursos e concepções ultrapassados. Assim como o racismo está crescendo, o preconceito de classe, o machismo e a homofobia também estão. Pessoas negras de classes abastadas estão mais dispostas que nunca a descartar irmãs e irmãos empobrecidos e oprimidos. São as mesmas pessoas negras que muitas vezes se dizem vítimas de racismo quando não recebem promoções, mas que nem pensam em apoiar o direito de agentes prisionais à sindicalização.

No que diz respeito ao gênero, somos muitas as pessoas mantidas cativas das percepções masculinistas da comunidade negra que banalizam perigosamente o lugar das mulheres negras. Os homens negros continuam sendo evocados como “uma espécie em extinção”, enquanto as mulheres negras são vistas como

responsáveis pela reprodução de famílias sem a presença do pai, afetadas pela pobreza e cujos filhos homens estão destinados a se tornar estatísticas prisionais. As mulheres negras que ousam pensar que podem constituir famílias sem homens são representadas como destruidoras da comunidade. Nesse quadro de misoginia ideológica, as mulheres negras são percebidas como reproutoras de homens negros violentos. Nos debates sobre afro-estadunidenses no ensino superior, a porcentagem crescente de mulheres negras que obtêm doutorado é muitas vezes vista como patológica. É como se nossos problemas pudessem ser magicamente resolvidos se as mulheres negras ao menos reconhecessem seu lugar tradicional e concordassem em apoiar seus homens.

Esse discurso sobre salvar os homens negros jovens é muitas vezes impregnado de machismo e misoginia. As mulheres continuam a ser representadas como apêndices, objetos sexuais, máquinas de fazer bebês. E as mulheres que alcançam o sucesso, contra toda expectativa, são muitas vezes vistas como uma ameaça às potenciais realizações dos homens negros. Por que não é óbvio que qualquer esforço para salvar os homens negros, ainda que bem-sucedido, está fadado ao fracasso se depender da subjugação das mulheres negras?

Kevin Powell escreve sobre esse dilema na edição mais recente da revista *Vibe*:

Em algum lugar em nossa consciência coletiva, o povo negro conseguiu transformar O. J. novamente em herói. Devido a nossa história neste país, estabelecemos conexão imediata com qualquer pessoa negra que percebamos ser uma vítima do Homem. Não importa o fato de que O. J. foi um atleta neutro em relação a questões raciais quando estava no auge, raramente se esforçando para apoiar causas negras. Não importa que O. J. tenha espancado Nicole Brown Simpson repetidas vezes. E não importa que, para cada minuto de cobertura do caso O. J., existam milhares de tragédias silenciosas entre a população negra dos Estados Unidos.

Powell conclui:

Com certeza O. J. será glorificado em canções de *rap*, alcovitado por líderes políticos, e sua imagem será divulgada em massa em uma comunidade negra perto de você. Por isso, assim que O. J. e seu julgamento estiverem superados, nós iremos, como disse o grupo The Last Poets, “farrear e falar besteira” até que haja outro herói caído para defender.*

* O autor se refere ao refrão da canção de 1970 “When the Revolution Comes”, do grupo The Last Poets, pioneiro do *hip-hop*. O refrão usa a expressão *party and bullshit* e inspirou, na década de 1990, um *rap* de Notorious B.I.G. com esse título. (N. T.)

DERRUBAR A DICOTOMIA PÚBLICO-PRIVADO

Um grande desafio para a comunidade intelectual e ativista negra interessada em teorias e práticas radicais envolve a contestação da dicotomia público-privado. Quando o identificamos, o racismo é visto como público e político. A violência contra a mulher, por sua vez, ainda é vista como privada e pessoal. E já é hora de parar de supor que derrubar essas paredes é um trabalho estreitamente feminista, ou então todos nós precisamos nos tornar feministas, mulheres e homens!

Como Cornel West apontou, a noção de uma esfera privada está muito ligada ao mercado capitalista, a uma ideia de mercado sem intervenção. Ou seja, vale tudo. Se dissermos *não* à violência policial, se dissermos *não* à violência racista, temos de dizer *não* à violência contra as mulheres. Isso significa que nossa ideia do que é considerado político também precisa mudar.

A população negra está na linha de frente de movimentos radicais e revolucionários neste país há séculos. Se não resolvemos alguns desses problemas críticos, ficaremos para trás. Nosso insucesso, até agora, em incorporar questões de gênero e sexualidade em nossas pautas é, em parte, um reflexo do medo de nos posicionarmos em oposição ao capitalismo. Mas nem todos perdemos a esperança de uma mudança revolucionária. Nem todos aceitamos a noção de que o capitalismo é inevitável diante da queda do socialismo. Certo tipo de socialismo não funcionou devido a contradições internas irreconciliáveis. Suas estruturas caíram. Mas supor que o capitalismo é triunfante é usar um paradigma simplista de luta de boxe. Apesar do fracasso em construir estruturas democráticas duradouras, o socialismo demonstrou ainda assim sua superioridade em relação ao capitalismo em vários aspectos: a capacidade de garantir educação gratuita, moradia de baixo custo, empregos, creche gratuita, assistência médica gratuita etc. É exatamente disso que as comunidades negras dos Estados Unidos, outras comunidades de minorias étnicas e raciais e a população empobrecida como um todo precisam.

O Harlem fornece um exemplo dramático do futuro do capitalismo tardio e uma evidência convincente da necessidade de revitalizar a teoria e a prática democráticas socialistas – pelo bem de nossas irmãs e nossos irmãos, que de outro modo serão lançados nas masmorras do futuro, e, na verdade, pelo bem de todos nós.